

Gilberto Franco



Andrés Otero

Arquiteto paulistano, um dos mais renomados nomes do lighting design brasileiro, viu sua carreira ascender junto com a própria profissão no País.

Entrevista concedida a Claudia Sá

Quando você se formou existia uma disciplina específica de iluminação nos cursos de arquitetura?

Formei-me em 1981, pela FAU-USP, e a matéria “Iluminação” era ministrada dentro da cadeira de Conforto, pela professora Lúcia Mascaró. Aprendia-se cálculo de iluminação natural baseado em diagramas, e artificial pelo método de lúmens.

No início da carreira, você chegou a atuar em projetos arquitetônicos?

Nunca atuei em projetos arquitetônicos. Comecei a trabalhar em 1980 – há 30 anos! – como estagiário no único escritório de projetos de iluminação, o da Esther Stiller. O assunto me interessava desde a época do colegial, quando participei como iluminador em montagens amadoras de teatro.

Na época, como era o mercado? Que tipo de empreendimento costumava contar com projeto de iluminação?

Poucos empreendedores contratavam projetos de iluminação. Um cliente pioneiro, à época, foi o Citibank – que estava construindo sua sede no Centro do Rio, um projeto bastante inovador, que usou, pela primeira vez no Brasil, as chamadas “luminárias de alto rendimento”, com refletor tipo “batwing”. Participei do desenvolvimento ótico e análise desses produtos, então inexistentes no Brasil.

A que você atribui o sucesso do seu trabalho?

Tive a oportunidade de crescer enquanto a profissão se instalava no Brasil, participando, portanto, da sua criação. Claro que houve alguns momentos-chave que determinaram degraus, como uma premiação internacional em 2007, mas, ao

longo desses 30 anos, o que fiz basicamente foi trabalhar e trabalhar...

Quais benefícios a regulamentação da profissão pode trazer aos lighting designers?

Tenho uma visão um pouco diferente da que tinha anos atrás em relação a este tema. Antigamente, achava que deveríamos fazer de tudo para combater “aventureiros da iluminação”, e que só pessoas com profundo conhecimento técnico e capacidade artística é que poderiam exercer a profissão. Hoje, acredito que temos um mercado em amadurecimento, e como todo profissional especializado já foi um dia iniciante, é importante que haja espaço para a atuação da profissão em diversos níveis de complexidade.

Essa visão, até certo ponto “liberal”, não invalida, entretanto, a existência de

associações, como a AsBAI, a IALD e a PLDA, ou mesmo certificações e quaisquer mecanismos que ajudem a valorizar a profissão e a fazer o cliente perceber que o projeto de iluminação não é uma “commodity”.

Qual seu papel na AsBAI hoje?

Sou fundador e membro profissional da AsBAI, mas não tenho atualmente nenhum cargo eletivo ou administrativo. Fui presidente em 2006 e 2007 e diretor na gestão 2008 e 2009, cargo que exerci por um ano, depois renunciando por razões pessoais.

Fale sobre a sua relação com a IALD. Você é representante da instituição no Brasil?

Eu não exatamente “represento a IALD no Brasil”. Diria que represento parte das nações que hoje compõem sua diretoria. Austrália, Inglaterra, México, Brasil e Canadá são algumas das nacionalidades já abrigadas por ela. Sempre considerei, embora talvez não bem compreendido, que a relação mais consistente da IALD com o Brasil dar-se-ia através de uma interface com a AsBAI.

No que consiste o seu trabalho?

Desde 2008 faço parte do “Board of Directors” da IALD, tendo sido reeleito agora, por mais dois anos, até 2011. Consiste num grupo de cerca de oito pessoas, além do presidente (Kathy Abernathy, nesta gestão), que se reúne trimestralmente para definir estratégias e rumos a serem seguidos.

A IALD hoje é uma associação bastante amadurecida. Por exemplo, cargos eletivos só podem ser ocupados pela mesma pessoa por dois períodos consecutivos; e suas reuniões de diretoria são sempre muito objetivas e impessoais. ◀